

A RELAÇÃO ENTRE APRENDIZAGEM E ESPAÇO: AS VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO EM DOCÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA

Creuziane Ferreira Rosa¹
Rosyane de Moraes Martins Dutra²

Resumo:

Esta pesquisa objetiva analisar as implicações das condições físicas escolares no ensino-aprendizagem dos alunos na educação infantil a partir de experiências vivenciadas no estágio supervisionado em docência da educação infantil do curso de licenciatura plena em pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, em uma escola da rede municipal de São Luís (MA). A importância desta pesquisa consiste em refletir sobre a necessidade de um espaço arquitetônico que promova aprendizagem significativa por meio das interações entre criança e ambiente educativo. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica e a observação participante com o intuito de fundamentar, recorrendo-se a teóricos da área, a garantia do direito à educação de qualidade por intermédio do espaço físico escolar. Assim, realizamos entrevistas semiestruturadas no intuito de conhecer a história do campo de pesquisa e dar voz aos educadores, para tanto, foram entrevistadas uma coordenadora e três professoras atuantes na escola. Como resultado, verificou-se que apesar do amplo espaço para a realização de atividades lúdicas na instituição de ensino há escassez de recursos disponíveis que limitam as ações pedagógicas.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Espaço físico escolar. Crianças.

Abstract:

This research addresses the implications of school physical conditions in teaching students' learning in early childhood education based on experiences during the supervised internship in teaching early childhood education in the full degree course in pedagogy at the Federal University of Maranhão, in a school in the municipal network of São Luís (MA). The importance of this research consists in reflecting on the need for an architectural space that promotes meaningful learning through interactions between children and the educational environment, aiming to understand the limits and possibilities that physical space provides for the integral development of students and work. teacher. Bibliographical research and participant observation are used with the aim of substantiating, using theorists in the area, the guarantee of the right to quality education through the physical school space. Thus, we carried out semi-structured interviews in order to learn about the history of the research field and give a voice to educators. To this end, a coordinator and three teachers working at the school were interviewed. As a result, it was found that despite the ample space for carrying out recreational activities in the educational institution, there is a shortage of available resources that limit pedagogical actions.

Key Words: Supervised Internship. School physical space. children.

1 Introdução

A presente pesquisa surgiu de uma experiência proporcionada pelo estágio supervisionado em docência da educação infantil em uma escola da Rede Municipal de

¹ Estudante. Universidade Federal do Maranhão – E-mail: creuziane.ferreira@discente.ufma.br

² Docente – Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – E-mail: rosyane.dutra@ufma.br

São Luís (MA). A relação entre aprendizagem e espaço se cruzam à medida que este interfere no processo de desenvolvimento da criança, pois fornece os limites e possibilidades para a concretização das ações docentes. Assim, pensar no espaço físico e na arquitetura da escola é falar das condições do processo de aprendizagem.

Ao se referir à educação infantil precisa-se ter um olhar na oferta dessa etapa, tendo em vista que o trabalho dinâmico, a interação e a ludicidade fazem parte do percurso de desenvolvimento. Compreender a importância do espaço físico, para favorecer esse desempenho no ensino e aprendizagem dos alunos, implica em conhecer as reais necessidades que se deve ter para proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades psicomotoras, físicas e cognitivas do estudante, e ao falar disso, estamos indo ao encontro com as políticas públicas da educação e ao direito subjetivo que é a educação de qualidade. Dessa forma, reconhecer o cenário físico como essencial para as crianças, é fornecer uma educação de qualidade e garantir o desenvolvimento infantil, além de se constituir um espaço voltado às experiências significativas.

No entanto, observa-se que pouco se tem investido em espaços dedicados à infância, tanto na estrutura física como em recursos pedagógicos essenciais para o acontecimento do ensino e aprendizagem. Este cenário se amplia à formação docente e ao suporte dado a eles durante sua jornada de trabalho, já que muito se fala no desenvolvimento infantil dentro do ambiente escolar, mas pouco se pensa no crescimento profissional do professor ou no acolhimento que tem proporcionado a ele e ao pensar no estagiário deve-se refletir sobre o suporte e as condições de experiências fornecidas pelas instituições. Nessa linha, verificamos que a qualidade da educação tanto quanto o direito de acesso se revela não só na presença do aluno, mas em um conjunto de fatores que fornecem as situações de aprendizagem como os materiais manipuláveis, de higiene entre outros equipamentos didáticos, além de um espaço formidável às crianças.

Nesse sentido, refletimos sobre o lugar de aprendizagem na educação infantil e como isso implica em ações pedagógicas dentro e fora da sala de referência, ao perguntar-se: como o estágio em docência na educação infantil foi desenvolvido na escola e quais foram as condições de aprendizagem das crianças diante das limitações espaciais?

Dessa forma, levando em consideração que o ambiente escolar deve proporcionar aprendizagens significativas dentro e fora da sala de referência, pois este lugar deve ser acolhedor aos professores e discentes objetiva-se analisar as implicações das condições físicas escolares no ensino-aprendizagem dos alunos na educação infantil a partir de experiências vivenciadas no estágio supervisionado em docência da educação infantil do

curso de licenciatura plena em pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, em uma escola da rede municipal de São Luís (MA)

Nessa direção, a arquitetura escolar pode acarretar uma limitação no estágio ao pensar nas atividades que precisam de um maior espaço, sem contar que tais impasses podem desmotivar o estagiário e interferir no processo de organização do trabalho pedagógico, uma vez que dificulta novas experiências no espaço escolar. Para tanto, a metodologia desta pesquisa baseia-se na observação participante, objetivando compreender a importância do espaço físico para a primeira infância que favoreça a vivência de novas experiências. Ademais, com o intuito de refletir sobre a garantia de direitos infantis como o da educação em espaços que permitam o protagonismo infantil, utilizou-se como fundamentação teórica os autores Araújo (2011); Bernardi e Neto (2016); Masini (2017); Ribeiro (2004) Saito e Oliveira (2018) que auxiliaram na compreensão com seus trabalhos sobre como as condições físicas do espaço educativo implica no processo de aprendizagem e na aquisição de habilidades do aluno.

2 O estágio supervisionado na Educação Infantil

O estágio supervisionado é uma prática que fornece aos estudantes experiências e contato prévio com a profissão escolhida. Nas licenciaturas, é imprescindível o contato do graduando com o espaço escolar e com os educandos, possibilitando a este convívio com as diferenças, e até mesmo, arcabouço prático para resolver futuras inquietações no ambiente de trabalho, pois como menciona Pimenta (1995, p. 65) “a finalidade do estágio é levar os alunos a uma análise da realidade sobre as quais atuarão e também servir como fonte de experiências concretas para discussões sobre as questões de ensino e procedimentos pedagógicos”.

A importância do estágio para os graduandos, em especial os das licenciaturas, está muito além de sua necessidade para a conclusão do curso ou de apenas uma disciplina que sirva para colocar os conhecimentos em prática, seu valor está em aproximar o aluno da realidade educacional com as observações feitas ao longo da temporada, do contato com os outros e com o espaço, sendo também “um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade” e do estudante de ensino superior e seu público alvo (Bernardy e Paz, 2012, p.1). Este momento é de extrema importância, pois é quando nos deparamos com o cenário que iremos atuar e

pensar em como contribuir para a progressão no desenvolvimento das crianças e como se dá o processo de ensino e aprendizagem (Pimenta, 1995, p. 63).

Ademais, como menciona Pimenta (1995, p. 61) “ a educação é prática social que ocorre nas diversas instâncias da sociedade”. Assim, as instituições de ensino superior devem formar estudantes conscientes do seu papel e da realidade vivenciada para desenvolver sujeitos críticos nas diversas áreas de atuação profissional, contribuindo para o progresso da sociedade

2.1 O espaço arquitetônico e o trabalho docente: limites ou possibilidades?

O espaço arquitetônico de um lugar é de suma importância para promover conforto e a concretização de atividades propostas para serem desenvolvidas no ambiente. Quando se pensa em instituições de ensino, esse espaço e seu projeto de construção ganham mais força, pois devem oferecer condições físicas adequadas para a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, Ribeiro (2004, p. 104) pontua que pensar no espaço arquitetônico da escola implica não só no ensino-aprendizagem, mas na saúde física e mental de quem se doa a esse processo, pois “ o espaço escolar é constructo gestado por múltiplos interesses manifestos e outros que podem afetar a vida dos sujeitos” e interação entre eles.

Além disso, as condições físicas escolares oferecidas à formação dos sujeitos podem delegar riscos ao comportamento e desenvolvimento integral dos estudantes à medida que “[...] aumenta a incidência de crianças nervosas e agressivas, aumenta o número de acidentes e diminui o rendimento escolar” (Ribeiro, 2004, p.112). O projeto físico da escola é um fator que interfere no processo de aprendizagem, posto que fornece condições de ensino, mesmo que isso não seja abordado na grade curricular da instituição, tendo em vista que “[...] A arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ele seja, por si mesmo bem explícito ou manifesto” (Escolano,1988, p.45).

O espaço físico da instituição é imprescindível para a formação do aluno, uma vez que os elementos construídos da escola como todo definem os cenários de aprendizagens e de ensino, pois o trabalho docente promove ações pedagógicas de acordo com as condições oferecidas pelo ambiente e infraestrutura local “essa tomada de posse do espaço vivido é um elemento determinante na conformação da personalidade e mentalidade dos indivíduos e do grupo” (Frago, 1988, p. 63). O ambiente escolar implica

diretamente no trabalho docente, pois este ao realizar suas ações pedagógicas pode ser limitado pelas condições físicas e materiais da instituição educativa e, conseqüentemente, ocorre a defasagem do ensino e aprendizagem dos alunos.

Quando se trata da educação infantil, se imagina que o lugar de aprendizagem esteja apto a esse público, possuindo diversas possibilidades para fornecer atividades lúdicas e proporcionar o contato com a natureza, haja vista que são seres em formação e, em alguns casos, começando a conhecer o mundo. Assim, o professor de educação infantil deve agir paralelamente com as necessidades das crianças, mediando os processos de aprendizagens. É necessário que a escola proporcione os recursos para este percurso, uma vez que a efetivação do desenvolvimento da criança se dá por intermédio de vários fatores, especialmente, o espaço arquitetônico escolar, por sua vez, pode abrir maiores possibilidades ou não para o trabalho docente, pois a escola “como instituição formativa e educacional, tem o compromisso de ampliar o universo de conhecimento, saberes, experiências e potencialidades da criança” (Saito e Oliveira, 2018, p. 2).

Bernardi e Neto (2016, p. 344), explicam que um fazer docente limitado arquitetonicamente pode reforçar a ideia de uma educação infantil alfabetizadora, tendo em vista que as atividades manuais se tornam mais presente, já que não requerem tanto espaço para realizar tarefas fora das carteiras, fato que mensura não só o desenvolvimento de potencialidades, mas as interações com seus pares, adultos e ambiente escolar” [...] a estruturação das escolas, enfatiza que o espaço arquitetônico da escola expressa uma determinada concepção educativa”.

Já Saito e Oliveira (2018, p. 9) defendem a ideia de que a educação em suas múltiplas possibilidades deve desenvolver os conhecimentos necessários para a formação dos alunos(as) reafirmando seu compromisso social. Assim, deve possuir meios para isso ocorrer, pois o caminho para o aperfeiçoamento e crescimento de habilidades e potencialidades são determinados por condições fornecidas para este fim.

Portanto, o trabalho docente e a arquitetura escolar são meios que direcionam o ensino, aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito na escola. Sendo assim, o professor deve possuir múltiplos meios para conduzir seu trabalho usando o espaço escolar para além da sala de aula, possibilitando conhecimento nos diversos cantos do lugar de aprendizagem, já que “a escola deve ser pensada como um espaço determinado por algumas condições, mas que pode ser determinante para mudar a própria condição que a determina” (Bernardo e Neto, 2016, p. 344). Nessa linha, devido à negligência do poder público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal e o descaso com muitas redes de ensino,

a equipe educativa precisa estar preparada para se reinventar e buscar meios para possibilitar experiências significativas entre alunos e espaço físico institucional.

2.2 Espaço escolar e aprendizagem significativa

A aprendizagem significativa é um meio pelo qual se busca relacionar educação e experiência com o intuito de possibilitar a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento do aluno de forma interativa. Entende-se por aprendizagem significativa o conceito utilizado por Masini (2017, p.73): “aprendizagem significativa diz respeito à integração de novas informações em um complexo processo pelo qual, situado o tecido dos acontecimentos, aprende e adquire conhecimento”. No ambiente escolar, se faz necessário que o aluno se conecte com o espaço educativo possibilitando experiências que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem, pois deve-se “fazer da escola o local para uso da capacidade de compreender e atribuir significados: focalizar a relevância do processo relacional na aquisição de conhecimento” de maneira interativa entre professores e alunos. (Masini, 2011, p. 17).

No entanto, em alguns espaços escolares há uma negligência em relação à importância e a necessidade de se ter as condições essenciais para que a aprendizagem significativa ocorra além da referência, como menciona Silva (2020, p. 3) “o processo formal de ensino buscado nas teorias da aprendizagem significativas (TAS) envolve muitas variáveis [...] conhecimentos prévios relevantes do aluno, ambiente adequado, professor capacitado, material didático apropriado e potencialmente significativo [...]”. Dessa maneira, o espaço educativo em sua estrutura física, organizacional e administrativa tem o papel de fornecer cenários para que o ensino significativo seja efetivo, proporcionando o direito à educação de qualidade, como consta na Constituição Federal (1988)³. Assim, evidencia-se o compromisso do lugar de ensino e a aprendizagem significativa em proporcionar experiências que facilitem conhecimentos e habilidades potencialmente expressivas à medida em que relaciona aluno, espaço escolar e

³ Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (Brasil, 1988, p.173)

aprendizagem, pois é na escola “[...] que deverão ser criadas as condições que possibilitam à criança e o jovem desenvolver-se em diferentes aspectos” (Massini, 2017, p.71).

Para tanto, a experiência significativa deve estar alicerçada a esse ensino. Desse modo, a interação é um mecanismo importante no desenvolvimento do estudante, uma vez que as experiências contidas dentro e fora do espaço escolar propiciam meios para uma aprendizagem não mecanizada que para Araújo (2011):

São nos momentos informais, como a troca de ideias, nas interações em grupos, que os alunos aproximam-se dos professores, expressando opiniões e dessa forma, o professor mediando todo esse ambiente possibilita criar situações interativas e, posteriormente, atingir todos seus objetivos propostos para uma aprendizagem significativa.

Sendo assim, o ambiente físico da instituição deve viabilizar formas para que o aluno consiga se relacionar com o mundo, com os outros e com o próprio espaço educativo. Nesse sentido, é possível compreender a necessidade de investimentos para que tal ação aconteça, principalmente, quando se trata da educação infantil que requer uma infraestrutura adequada às crianças e assim oportunizar que “o ambiente educacional influencie de forma positiva sobre o ensino-aprendizagem nas aulas em geral” (Monteiro e Silva, 2015, p. 23).

Sabe-se que o desenvolvimento integral dos alunos se dá pelas condições que lhes são impostas, é nessa linha que compreendemos a relevância do espaço físico, recursos disponíveis e da ação do professor quando pensamos em formação discente, assim “o espaço escolar deve compor um todo coerente, pois é nele e a partir dele que desenvolve a prática pedagógica” (Ribeiro, 2004, p. 105). Dessa forma, verifica-se que quando o ambiente arquitetônico da escola é limitado não prejudica somente ao docente em suas práticas, mas também ao aluno em suas interações, expressões e movimentos, o que consequentemente pode retardar o progresso escolar do estudante.

2.3 Percepções sobre a escola e suas condições físicas

A presente pesquisa parte de vivências em uma escola pública da rede municipal de São Luís (MA). A instituição de educação infantil é localizada na Alemanha, um bairro da cidade de São Luís (MA), nos turnos matutino e vespertino. Ao todo possui apenas 5 (cinco) salas pela manhã e 3 (três) à tarde em funcionamento, a quantidade mínima de

salas é devido à fiação elétrica que está comprometida, impedindo algumas luzes de funcionar, o que ocasiona também a dificuldade em ministrar aula. O turno escolhido para a realização do estágio supervisionado foi o turno vespertino, que corresponde ao horário de aula das estudantes do curso de pedagogia do ensino superior, ocorrendo das 13h às 17h30. Na composição da escola observamos a existência de 3 (três) banheiros, 1 (um) para as crianças do sexo masculino e outro para o sexo feminino, e o terceiro banheiro para as crianças com deficiência, a mesma quantidade e divisão corresponde para os adultos da equipe escolar. Além disso, a escola dispõe de 1(um) refeitório pequeno, 1(um) parquinho, área de banho e 1(um) bebedouro para todos.

No início, a escola em questão funcionava no fundo de uma instituição que hoje é destinada ao ensino fundamental, segundo palavras da coordenadora este local “era muito perigoso e não tinha segurança para as crianças” e devido à insatisfação dos pais e funcionários fecharam a parte da educação infantil, que ficou um tempo sem funcionar. Infelizmente, essa realidade se alastra para muitas escolas na cidade de São Luís que não possuem condições apropriadas para o acontecimento da aprendizagem dos alunos do jardim de infância. Os momentos da escola para se ter o espaço próprio, que ainda sim precisa de melhoras, mas, em comparação ao passado, temos um avanço significativo que se configura numa história de superação e também de empatia e comprometimento coletivo entre comunidade e escola, já que a comunidade em momentos difíceis se propôs a ajudar, a coordenadora menciona que:

Na época a diretora conseguiu um espaço lá na igreja X, mas também a própria igreja depois de um tempo não quis que a escola funcionasse por questões financeiras que o município não passava para as instituições privadas. Em busca de espaço e para trazer os materiais da escola para outra escola, a diretora convocou a comunidade.

A existência de um espaço próprio para o funcionamento da primeira etapa da educação básica só foi possível com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº9394 de 1996⁴ que determina a criação de instituições próprias de educação infantil. Assim, desde sua criação a escola passou apenas por duas reformas entre 1996 a 2024. Como observamos abaixo, à frente da escola está prejudicada, indicando necessidade de

⁴ LDB (1996) art.1 inciso I: § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

reforma, este fato implica diretamente no descaso com a escola da infância e a atenção dada a sua infraestrutura.

Imagem 01: Frente de uma escola da cidade de São Luís (MA)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2024.

Ao falar das condições físicas de uma instituição de ensino estamos indo ao encontro com o processo de ensino-aprendizagem e com os documentos referenciais da educação de qualidade que nem sempre é garantida, posto que muitos ambientes escolares não são apropriados e nem dispõem de espaço adequado para que se realize a mediação entre conhecimento e aluno. Atualmente, a escola possui alguns espaços inapropriados para ocupação devido ao incêndio que acabou afetando parte da instituição educativa e, até o momento, não houve pronunciamento da autoridade maior para resolver o impasse. Este acontecimento prejudica os alunos, visto que algumas experiências com o ambiente físico são limitadas, como o contato com a brinquedoteca que se localizava onde aconteceu o incêndio e algumas salas de referências que também foram desativadas por conta do acidente.

3. Metodologia: o que dizem os educadores sobre o espaço escolar?

A metodologia de investigação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de pesquisa, pois fornece informações e maneiras de abordar o fenômeno por meio de diversos tipos de aplicação. Este trabalho faz parte do processo de experiências proporcionadas pelo estágio supervisionado em docência da educação infantil do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Nessa linha, recorreremos a artigos, teses, livros e anais de revistas para a fundamentação da pesquisa bibliográfica que é um suporte para uma compreensão mais profunda já que como menciona Fachin (2006):

diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa. (Fachin, 2006, p. 125).

O estudo bibliográfico é pautado na revisão literária dos autores Araújo (2011); Bernardi e Neto (2016); Masini (2017); Ribeiro (2004); Saito e Oliveira (2018) que com suas obras ajudaram no entendimento acerca do tema. Utilizamos também entrevistas semiestruturadas e observação participante para maior aproximação do pesquisador e campo de estudo. A pesquisa iniciou-se em setembro de 2023, estendendo-se até dezembro do mesmo ano em uma escola da rede municipal de São Luís, localizada no bairro da Alemanha.

Para maior conhecimento acerca do ambiente escolar realizou-se entrevistas com a coordenadora e três professoras da instituição. No intuito de preservar a identidade das participantes utilizaremos nomes fictícios para representá-las, os quais estão presentes no quadro abaixo contendo informações sobre uma parte da equipe escolar que nos ajudou na investigação:

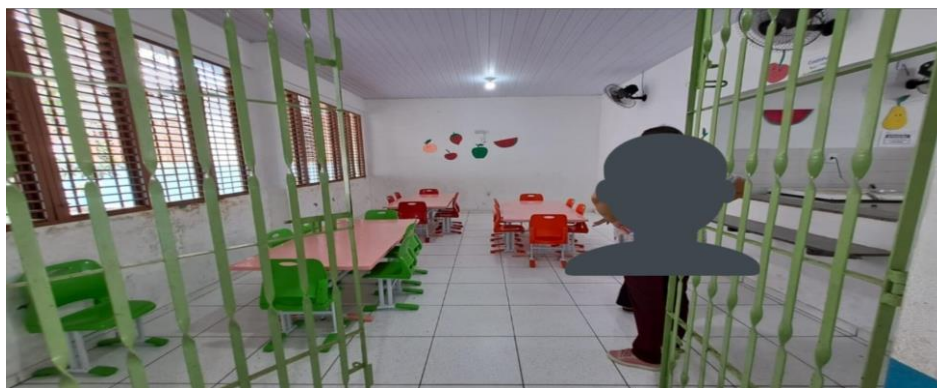
Quadro - Perfil da coordenadora e professoras de uma escola da rede municipal de São Luís (MA)

Nome Fictício	Tempo de atuação na docência	Turno	Turma	Idade das crianças
Coordenadora	16 anos	Vespertino	Escola	x
Professora A	21 anos	Vespertino	Creche	3 anos
Professora B	10 anos	Vespertino	Infantil I	4 anos
Professora C	15 anos	Vespertino	Infantil II	5 anos

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados fornecidos em entrevista (2024).

Na escola analisada, verifica-se que o refeitório é pequeno, e muitas vezes as crianças precisam estar apertadas já que algumas salas contêm um número maior do que o suportado, em relação a outras partes da escola nota-se a amplitude espacial permitindo a exploração de capacidades psicomotoras e a interação entre os alunos já quando se refere a materiais pedagógicos há uma fragilidade na aquisição desses materiais, pois a coordenadora escolar argumenta a carência de objetos básicos como giz de cera, apagador, tinta, materiais manipuláveis e contam com os pais para o fornecimento desses materiais.

Imagem 02: Refeitório da escola



Fonte: acervo pessoal da autora, 2024.

Outro ponto persistente foi sobre o piso da escola que não é adequado para as crianças causando acidentes, o que estremece a relação família escola, pois a culpa recai sobre a equipe escolar, como menciona a participante B: “para que fique uma relação melhor entre escola e família a escola precisa de uns ajustes, especialmente, no piso que eles escorregam e os pais reclamam essa relação”. Além disso, a falta de suporte aos professores é um fato pontuado, para a professora C “falta de pessoal para auxiliar. Tem sala de 17 crianças e possuem estudantes atípicos e só uma professora para cuidar de tudo, e a professora tem que se virar, falta auxílio, por exemplo, o professor tem que levar as crianças ao banheiro, tarefa que ele faz sozinho. E enquanto limpa uma criança, deixa as outras sozinhas” e, em muitos casos, argumenta que o docente “faz uma função que não é dele”.

O suporte e a formação continuada para preparar e ajudar o educador são de extrema valia à medida que possibilita um trabalho docente de qualidade, e ainda segurança para ministrar as aulas. Entretanto, verifica-se que em muitos casos ocorre a sobrecarga ao docente em ter que lidar com múltiplas funções que não cabe à sua escolha profissional, ainda há uma falta de empatia com necessidades básicas ou até compreensão com as limitações do professor, para a docente C “nós professores somos desvalorizados dentro da própria escola, quando estamos doentes e não veem o atestado como algo positivo, sendo que é necessário”, lamenta a falta de acolhimento e escuta sobre o que os educadores pensam a respeito do assunto discutido durante o planejamento. Esses assuntos são pertinentes e implicam na qualidade da educação, e ainda, está intrinsecamente ligado com o ambiente físico escolar, pois são acontecimentos que ocorrem dentro dele com as condições que possui.

4 Resultados e Discussões

A escola de qualidade almejada por tantos educadores e estudantes da rede pública brasileira ainda é um sonho quando se depara com a realidade de algumas escolas municipais de São Luís. Quando refletimos sobre a importância de um ambiente educativo na educação infantil voltado para as crianças, buscamos compreender os limites e as possibilidades que o espaço físico proporciona ao desenvolvimento integral dos alunos e ao trabalho docente. Nessa direção, é de extrema relevância pensarmos sobre o lugar de aprendizagem e seu impacto na organização, execução e dinâmica das atividades pedagógicas que afetam diretamente o professor em seu planejamento, as condições precárias de aprendizagem e a falta de recursos são impasses vivenciados no cotidiano de algumas escolas, sendo o maior prejudicado o aluno, como no campo pesquisado. Monteiro e Silva (2015, p. 22) fortalecem a ideia de que “os insumos escolares são muito relevantes na definição dos resultados educacionais e não devem ser tratados como inutilidade. Muitos são os fatores limitantes, tais como os sociais, tão dolorosamente expressivos em nossa realidade, onde temos as origens socioeconômicas dos educandos”. O que reforça ainda mais o papel da escola em cuidar dos estudantes.

As experiências e interações infantis acontecem na relação das crianças com o mundo e com os outros, nessa direção o espaço físico escolar é uma ferramenta que possibilita as vivências e contatos para a aquisição de habilidades e desenvolvimento integral dos estudantes, pois é “carregado de significados e expressos nas práticas sociais” (Ribeiro, 2004, p. 106) da mesma forma, observa-se sua importância no trabalho docente à medida que traz oportunidade para aulas lúdicas que fomentam a exploração dos pequenos com o local de aprendizagem e com os recursos disponíveis. Dessa forma, é necessário ser dada a devida atenção a esses espaços que estão diretamente ligados à infância no intuito de que se reflita sobre a carência de instituições educativas de/para crianças e não só um espaço para a transmissão de conhecimento.

5 Considerações Finais

Este relato de experiência nos faz refletir sobre como as necessidades básicas do lugar de aprendizagem, espaço físico adequado e recursos pedagógicos devem ser supridas para poder se pensar na garantia da educação de qualidade assegurada por lei. Entretanto, não se observa que tais demandas sejam prioridade do Estado, uma vez que,

ao comparar o cenário proposto em documentos de direitos educacionais e o real contexto vivenciado em escolas públicas, verifica-se o descaso com a educação, e com vidas que dela dependem. Assim, como consequência, presenciamos a defasagem no ensino quando se percebe a existência de escolas que não possuem equipamentos, recursos e profissionais preparados para atender as crianças.

Dessa forma, evidenciamos a fragilidade na concretização das leis educacionais brasileiras que se por um lado a educação de qualidade é um direito, por outro lado, se torna uma possibilidade, especialmente em escolas públicas infantis, que precisam de uma atenção maior na construção de espaço físico escolar. Esta negligência com as aprendizagens prejudica não só o processo educacional e desenvolvimento dos alunos, mas todo o corpo educativo que necessita de condições de trabalho e ambientação adequadas já que a depender da qualidade do espaço escolar pode prejudicar não só o aprendizado das crianças, mas também comprometer a saúde das mesmas. Portanto, promover tais ações que favorecem o processo educacional se configura como um dever do Estado, não como um benefício assistencialista, mas como um direito assegurado pela constituição federal a todos os educandos brasileiros.

Enfim, observa-se que a arquitetura escolar é um fator influenciável na relação entre aluno e aprendizagem, que pode possibilitar condições adequadas para proporcionar conhecimento por meio de experiências nos espaços tanto para os alunos quanto para estagiários e demais profissionais. É nesse sentido que é imprescindível uma reflexão voltada a este espaço físico escolar, para se pensar na ambientação da escola, como promotora de aprendizagem significativa para todos os envolvidos no processo educativo.

Referências

ARAÚJO, Gislene. **Ambiente escolar**: espaço de aprendizagem significativa para todos, docentes e alunos, numa perspectiva interativa. 2011. Monografia (Especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão) Curso de Educação - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

BERNARDI, G; NETO, V. Implicações da proletarização do trabalho docente na educação física escolar. **Pensar a prática**, Goiânia, v.16, n.2. abr/jun, 2016.

BERNARDY, Katieli; PAZ, Dirce Maria Teixeira. Importância do estágio supervisionado para a formação de professores. XVII Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. **Anais...** Unicruz, p. 1-4, 2012. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20formacao%20de%20professores.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro, 1996.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. Saraiva Educação SA, 2006.

FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1988.

SAITO, Heloísa Toshie Irie; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. Trabalho docente na educação infantil: olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino. **Imagens da Educação**, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2018.

MASINI, Elcie F. Salzano; MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa na escola**. Curitiba, PR: CRV, 2017. 176 p.

Masini, E.F.S. (2011). Aprendizagem significativa: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos. **Aprendizagem Significativa em Revista**, 1 (1), 16-24. Disponível em: http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID2/v1_n1_a2011.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

MONTEIRO, S; SILVA, D. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em geografia. **Geografia, ensino e pesquisa**, v.19, n.3, Ceará, set/dez, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. **Cadernos de pesquisa**, n. 94, p. 58-73, 1995.

RIBEIRO, S. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.13, p.103-118, jul/dez, 2004.

SILVA, João. A teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel: uma análise das condições necessárias. **Research, society and development**, v. 9, n.4, p.1-13, 2020.